

30º Encontro Anual da ANPOCS
24 a 28 de outubro de 2006

Seminário Temático 2 (ST 02) - Culturas jovens urbanas e novas configurações subjetivas

Título do trabalho: **A condição juvenil e as “tradições ocultas” da juventude**

Sub-título: **O funcionalismo e a tese da moratória social na análise das rebeldias juvenis.**

Autor: **Luís Antonio Groppo**

A CONDIÇÃO JUVENIL E AS “TRADIÇÕES OCULTAS” DA JUVENTUDE O funcionalismo e a tese da moratória social na análise das rebeldias juvenis

Luís Antonio Groppo¹

Falar de juventude foi, e é, falar sobre as revoltas das juventudes, tanto para o discurso social endereçado à “opinião pública” quanto para a própria Sociologia (que ao mesmo tempo reflete e informa aquele discurso social). Os diversos modelos explicativos da Sociologia da Juventude, ao longo do século XX e no início do atual, quase sempre partiram, passaram ou desembocaram na tentativa de entender as resistências dos jovens de seu tempo. Aquilo que foi tido inicialmente como “anormalidade” ou disfunção, entretanto, em breve teria seus dias de glória – ainda que a rebeldia mais visível deixara de ser a delinqüência dos jovens das camadas populares e se tornara o radicalismo dos filhos das classes médias. A partir dos anos 1970, refletindo novamente as mudanças pelas quais passavam as juventudes e suas manifestações, as rebeldias e os grupos juvenis “disfuncionais” ou inconformados passaram a ser vistos, antes, como sub-culturas, identidades diferenciais, estilos de vida diversificados e liberdade na composição do curso da vida.

O objetivo deste trabalho é, primeiro, discutir sobre dois modelos sociológicos “clássicos” de interpretação das rebeldias juvenis: o funcionalismo e a tese da moratória social. Segundo, esboçar uma discussão sobre as críticas endereçadas ao segundo modelo – o da moratória social – por estudos sociais e culturais sobre as juventudes a partir dos anos 1970, os quais estiveram em diferentes proporções informados por perspectivas “pós-modernistas”.

Certamente, não tenho a pretensão de esgotar – nem aqui, nem depois solitariamente – a discussão de todos os modelos sociológicos sobre a condição juvenil e as revoltas das juventudes. Na verdade, nem sobre os modelos arrolados acima. Faço apenas o início desta discussão para traze-la ao debate, e escolhendo alguns modelos – a rigor, aspectos que

¹ Professor do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação do Unisal (Centro Universitário Salesiano de São Paulo), Unidade Americana. Doutor em Ciências Sociais pela Unicamp (Universidade Estadual de Campinas). Autor de *Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas* (Rio de Janeiro: Difel, 2000), *Uma onda mundial de revoltas: movimentos estudantis de 1968* (Piracicaba: Editora Unimep, 2005) e *Autogestão, universidade e movimento estudantil* (Campinas: Autores Associados, 2006). E-mail: luis.groppo@am.unisal.br.

considero como mais relevantes destes modelos – que me parecem muito importantes para entender as representações sociais sobre as juventudes ainda hoje operantes. De formas diversas, com menor ou maior consciência, de modo franco ou disfarçado, e em diversas combinações, o imaginário social sobre os jovens ainda faz uso dos modelos aqui discutidos, que, em seu sentido mais estrito, refletem a Sociologia Funcionalista praticada nos Estados Unidos nos anos 1930/50 (e sua linguagem sobre a integração social), o posicionamento de parte dos pensadores sociais progressistas europeus, norte-americanos e latino-americanos nos anos 1960 (e sua linguagem sobre a transformação social e os direitos de cidadania) e, enfim, estudos sociais e culturais sobre as juventudes a partir dos anos 1970 que apresentam aspectos inovadores e marcantes, aqui arrolados como “pós-modernistas”.

Esta discussão é feita a partir de uma interpretação da bibliografia “clássica” sobre as rebeldias juvenis, em destaque a Sociologia Funcionalista da primeira metade do século XX (e, em parte, os estudos precursores da Escola de Chicago – informados principalmente pelo interacionismo simbólico) e a literatura sociológica sobre os movimentos juvenis dos anos 1960. Parte desta interpretação se faz a partir das críticas a esta bibliografia emanadas dos estudos sociais e culturais sobre as juventudes feitas a partir dos anos 1970.

Em primeiro lugar, investigo a concepção funcionalista de juventude, em especial a tese das “tradições ocultas” da juventude, tese esta que pretende explicar a conformação dos modelos de revolta dos jovens: a delinquência (tema predileto desta Sociologia funcionalista), o radicalismo (tema mais caro à Sociologia da Juventude a partir dos anos 1960) e a boêmia (cujas rebeldias de caráter comportamental-cultural parecem conter a predileção dos estudos sociais e culturais “pós-modernistas”, a partir dos anos 1970, por temas como sub-culturas e identidades juvenis). Ao interpretar as análises sociais dos anos 1960 sobre as juventudes, ainda que elas contenham, em doses maiores ou menores, o modelo funcionalista de “integração social”, percebe-se que a sua tendência inicial é a de adotar concepções “desenvolvimentistas” da vida social (e/ou “reformistas”, ou ainda “social-democratas”): fundadas na desejabilidade da transformação social e nas categorias cidadania e participação. Entretanto, ao final, mais caracteristicamente vieram por referendar a tese da “moratória social”, que, apesar de conter a defesa de direitos especiais

à juventude, continha também o desejo de depositar as juventudes em tempo e espaços segregados.

A seguir, o trabalho esboça uma discussão sobre os prenúncios da transformação destes modelos sociológicos de interpretação da juventude, ancorado na observação das principais mudanças na constituição das sociedades, inclusive das próprias juventudes. Novos modelos, muitos dos quais aceitam de bem ou mal grado a definição de “pós-modernistas”, vêm enfatizar aspectos que, ainda que não ausentes dos modelos anteriores, tinham ali caráter secundário: a construção de identidades diferenciadas, as sub-culturas autônomas, a vivência da juventude como “estilo de vida” etc. Mais que integração e institucionalização, estes outros modelos enfatizam a diversidade e a diferença.

Aparentemente, teriam sido superados os modelos clássicos explicativos da revolta juvenil – e, por consonância, da própria condição juvenil. Entretanto, como se discute no penúltimo item do trabalho, diversos movimentos e revoltas protagonizadas por jovens recentemente parecem demandar, ao menos em parte, considerações feitas outrora com base nestes modelos supostamente superados. Na verdade, é preciso um outro olhar sobre a condição juvenil que ultrapasse os limites dos modelos clássicos, inclusive e principalmente na análise das rebeldias juvenis anteriores aos anos 1970, os quais os modelos clássicos tentaram às vezes, mais que explicar, principalmente exorcizar. Este outro olhar poderia ser “dialético”, atentando para a constituição e reconstituição sempre contraditória da condição juvenil – entre os esforços de integração social e as possibilidades de ação e identidade autônomas dos jovens – desde o início da chamada “modernidade”. Também, um olhar histórico, no sentido de considerar que as expressões de rebeldia e autonomia das juventudes, e a conseqüente construção de identidades e sub-culturas, não são características marcantes – muito menos exclusividade – apenas do período que se inicia a partir do final dos anos 1960.

1. Sociologia “Funcionalista” da Juventude

Uma releitura crítica de textos representativos da sociologia funcionalista, escritos em meados do século XX, principalmente entre os anos 1930 e 50 nos Estados Unidos, revela concepções nas quais a “normalidade” da condição juvenil é uma socialização integradora à

estrutura social com baixo nível de conflitos.² Tais concepções tendem a considerar as abundantes contradições da condição juvenil reveladas pelos movimentos juvenis de contestação comportamental e política como “anormalidades”, “desajustes” ou “disfunções”.

Um dos mais marcantes estudos deste período é *A Gangue*, de Frederic M. Trasher.³ Trata-se de uma: vigorosa descrição do funcionamento das gangues em Chicago, publicada em 1936. Segundo Trasher, as gangues eram fenômenos espontâneos nascidos nas regiões intersticiais da cidade. Deste modo, a marginalidade das gangues tinha a ver com a própria marginalidade dos bairros e localidades onde surgem ou que freqüentam. Seus membros, em boa parte, eram filhos dos imigrantes europeus. As gangues, na verdade, se formavam praticamente apenas nos bairros “em decadência” que foram povoados pelas ondas de imigração européia do início do século XX, ou seja, populações também em posição ainda de grande ou relativa “marginalidade”. A reorganização urbana e comunitária, através de programas públicos, poderia prevenir a formação de gangues, segundo Trasher e outros estudiosos da “Escola de Chicago”, embasados por uma interessante Sociologia Urbana, que, do interacionismo simbólico original, iria cada vez mais abraçar o funcionalismo como aporte teórico.⁴

O pano de fundo desta produção é, em boa parte, a questão de como “integrar” em um mesmo “projeto nacional” uma recente população imigrante quantitativamente considerável e qualitativamente muito diversa, que ocupara repentinamente porções das grandes cidades norte-americanas, justo os locais que vão enfrentar o lado mais duro da Depressão oriunda da crise de 1929.

É interessante notar, como podemos também inferir das discussões sobre a delinqüência em Abramo (1992), que nestes estudos sobre as gangues juvenis já se anuncia a tão importante idéia, para os recentes estudos culturais e sociais sobre as identidades juvenis, que estes grupos juvenis tidos como “desviantes” desenvolviam em seu interior seus próprios mecanismos de socialização, controle e valoração, distintos e mesmo em

² Cf. textos selecionados por Brito, 1968 e Burgess; Bogue, 1964.

³ Para o presente trabalho, consultei o resumo da obra: Trasher, 1964.

⁴ Cf. também Mays, 1956, que levou a metodologia da sociologia urbana para estudar Liverpool.

oposição aos da sociedade “oficial”.⁵ Mas, como dito, tal autonomia não era considerada como criativa fonte de “sub-culturas”, mas sim de anormalidade, desvio social.

David Matza (1968), numa versão bastante conservadora e que é quase um coroamento da sociologia funcionalista tardia⁶ – justamente por seu explícito conservadorismo social e político – vai considerar que tais desvios da normalidade se explicam pela influência perniciosa de “tradições ocultas”. Apesar dos pesares, a visão funcionalista e conservadora de Matza tem suas contribuições. Primeiro, dela é possível identificar os três principais “tipos-ideais” de revolta das juventudes desde o seu despontar no mundo moderno: o radicalismo, a boêmia e a delinqüência. Segundo, Matza busca compreender as fontes sócio-históricas que informam os modos de vida diferenciais dos rebeldes, tratando-as quase como sub-culturas, não apenas mera expressão de irracionalismos selvagens.

Sobre as “tradições ocultas”, segundo Matza (1968), a primeira era o radicalismo, derivado de doutrinas políticas da extrema-esquerda, que estimulava as rebeldias mais propriamente políticas – principalmente estudantis – e que tinha nos *campi* universitários sua melhor acolhida. A segunda era a boêmia, derivada de tendências de libertinagem e amoralismo que tiveram na Boêmia parisiense do século XIX um de seus maiores exemplos; incentivava na juventude, portanto, principalmente revoltas de caráter cultural e comportamental (o exemplo citado por Matza é o existencialismo francês, mas a mais bem acabada expressão boêmia da juventude do século XX ainda estava por vir, o movimento hippie). A terceira forma de rebeldia era a delinqüência, forma de ação assumida pelos “desviantes” juvenis sob a influência de tendências imemoriais advindas do mundo do crime.

Era a delinqüência a principal forma de rebeldia assumida pelos jovens das camadas populares urbanas, pelo menos desde o início da Revolução Industrial. Pode-se mesmo dizer que, até meados do século XX, foi a mais freqüente das formas de rebeldia juvenil – o que de modo algum significa a desimportância, muito menos a ausência, do radicalismo e da boêmia juvenis desde o final do século XVIII, bem ao contrário. (cf., por exemplo,

⁵ Neste sentido, outro importante trabalho foi o de Foot-Whyte (1971), em obra original de 1943, relato a partir de observação participante sobre o funcionamento destes mecanismos em um grupo juvenil formado por jovens filhos de imigrantes de grande cidade norte-americana.

⁶ Seu texto foi publicado em 1961. Mas, apesar da data, reflete ainda o modelo funcionalista e até o aprofunda.

Gillis, 1981). Isto ajuda a entender a preocupação maior até então dos sociólogos da juventude – e da própria “proto-sociologia” da juventude (cf. Flinter, 1968) – pelo fenômeno da rebeldia de jovens filhos das classes trabalhadoras urbanas. Até mesmo a concepção do senso comum sobre a delinquência não deixou de penetrar a interpretação e a teorização desta sociologia funcionalista: era a forma de rebeldia mais reprovável, incompreensível, assustadora, irracional, bárbara e até selvagem, que fazia (e faz) dos jovens “em conflito com a lei” das camadas populares serem tão temidos pela “boa sociedade”, que não teima em aplaudir e até requerer a punição exemplar destes jovens em momentos de insegurança social.

2. A tese da moratória social

No final da 2ª Guerra Mundial, o sociólogo alemão radicado na Grã-Bretanha, Karl Mannheim (1961, 1972) elaborou importantes idéias sobre o papel das juventudes na construção de uma “democracia participante”, as quais teriam influência também ao longo dos anos 1950, mesmo após a morte do sociólogo. Em Mannheim, a juventude é considerada como força social a se mobilizar em prol da defesa da democracia (é claro, ele pensa, sobretudo, nos jovens das classes médias). Mannheim se tornava um ideólogo da “Terceira Via”, não esta recentemente criada por Tony Blair, mas aquela que apregoava a necessidade de um Planejamento Democrático, um meio termo entre o totalitarismo e o combalido liberalismo. Afigurava-se uma espécie de “keynesianismo social”, na verdade, um outro construto a respaldar o que seria conhecido em breve como Estado de Bem-Estar. (Groppa, 2003). Pode-se ler estas obras de Mannheim como prenúncios do que seriam conhecidos, logo, como o “direito à juventude” e, bem mais tarde, como “protagonismo juvenil”.

Nesta versão, e noutras igualmente moderadas, reformistas e mesmo social-democratas, a força juvenil serviria para consolidar um Estado democrático e propagar uma cidadania ativa, ou, em versões “desenvolvimentistas” e populistas em nações do Terceiro Mundo, um Estado interventor que estimularia o desenvolvimento econômico e a melhoria das condições de vida das classes trabalhadoras. Entretanto, cada vez mais se proporia que esta participação juvenil se daria em espaços mais ou menos separados das instituições sociais “oficiais”, referendando a idéia de que a juventude era um tempo especial do curso

da vida para a experimentação, dando origem à tese da juventude como “moratória social” mais do que protagonista imediato da vida social.

Considero que Mannheim renunciou, bastante precocemente, o modelo da juventude protagonista, ainda que em prol da renovação das sociedades liberais em um sentido mais ou menos pré-estabelecido por ele. Mas as juventudes teriam papel importante e imediato para a consecução desta reforma, como força social de apoio e implementação das transformações em favor de uma sociedade organizada em torno do “Planejamento Democrático”. Não estava este prenúncio do modelo do protagonismo juvenil totalmente “domesticado” e limitado pela tese da juventude como “moratória social”. Mas o modelo da moratória social acabaria por ganhar hegemonia, ao menos entre os pensadores sociais mais moderados, nos anos 1960, primeiro na tentativa de canalizar a intensa mobilização juvenil autônoma destes anos, segundo na tentativa de exorcizá-la.

O modelo de juventude ativa (“protagonista”) de Mannheim continha também a noção de que a juventude era um “direito social”. Tanto quanto o protagonismo juvenil, o “direito à juventude” parecia destinado a um natural percurso que, rapidamente, o levaria à hegemonia. Entretanto, ao contrário do que poderia se esperar, o percurso na prática foi acidentado e alongado.

Tal dificuldade pareceu mais típica das nações do Terceiro Mundo, que enfrentaram regimes políticos de exceção e sentiram mais a fundo a crise da economia mundial desde o final dos anos 1960. Entre elas, o Brasil, que apenas nos anos 1980 ensaiou mais seriamente seu protótipo de Estado de Bem-Estar, em torno das lutas pela redemocratização e na construção da Constituição de 1988, a Constituição “Cidadã”. Aqui, através do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), de 1990, as crianças e os adolescentes passaram, ao menos formalmente, a ser considerados como “sujeitos de direitos” – e não apenas futuros cidadãos adultos – e a própria proteção e cuidados específicos a estas faixas etárias, em vez de mera separação e disciplinarização, passaram a ser vistos como “direitos especiais”. Mas o processo, desde então, pareceu travar, diante da hegemonia das políticas ditas neoliberais que passaram a ser a prática mais concreta do Estado brasileiro. Ainda assim, nesta e na atual década, não deixaria de ecoar com força no Brasil o slogan do “protagonismo

juvenil”, bem como cobranças e promessas de “Políticas Públicas” para a Juventude, instituições, leis, estatutos etc.⁷

Mas a dificuldade não foi exclusiva destes países. De modo geral, inclusive no chamado Primeiro Mundo, que esboçara os modelos da juventude como direito e do “protagonismo juvenil” pelo menos desde Mannheim, o final dos anos 1950 e o ingresso nos anos 1960 fizeram de sua hegemonia algo errático e contraditório. O contexto da Guerra Fria, das ingerências das grandes potências, da corrida nuclear, da descolonização, das lutas antiimperialistas e da ascensão de novas formas de socialismo, apesar de um crescimento econômico de caráter mundial, fez do mundo algo inseguro e irracional por demais aos jovens, algo sentido e expresso principalmente por aqueles vindos das classes médias. Isto não foi exclusivo do Primeiro Mundo, na verdade, sendo observado de diversos modos e graus também nos países ditos subdesenvolvidos e socialistas. De modo sintético, temos aí a causa mais profunda das rebeldias radicais e boêmias dos jovens dos anos 1960, os movimentos estudantis e as contraculturas.

O primeiro impacto destes movimentos foi favorável ao modelo esboçado por Mannheim. Eles foram, em porção considerável, responsáveis pela revisão da concepção funcionalista sobre as rebeldias juvenis. De modo geral, pode-se dizer que, nos anos 1960, parte importante das ciências sociais procurou compreender as rebeldias como dramáticas revelações das contradições dos sistemas sociais em crise e dos processos geoistóricos destrutivos, muitas vezes considerando a possibilidade destes movimentos levarem os sistemas a reformas e até a revoluções. Neste momento, os modelos de revolta “boêmia” e “radicalismo” tenderam a ser vistos com menos negatividade ou, ao menos, não mais apenas como mera disfunção na integração de indivíduos e grupos juvenis à estrutura social.⁸

Os pensadores que refletiram sobre as juventudes destes tempos, principalmente aqueles que não adotaram posturas nem conservadoras nem revolucionárias, que chamei acima de reformistas, tenderam primeiro a reviver o modelo esboçado por Mannheim. Mas acabaram por consolidar o paradigma da “moratória social”, em que o “direito à juventude” se tornava algo dúbio. É que neste modelo, ao mesmo tempo em que se concediam proteção

⁷ Cf. artigos publicados em **JOVENES**, jan.-jun./2005.

⁸ Esta mudança pode ser observada também nos textos selecionados em Brito, 1968.

e condições especiais condizentes com as dificuldades e características supostamente inerentes aos indivíduos neste momento de suas vidas, tornava-se a juventude um momento de separação, de exclusão da participação plena na vida social e na cidadania. Neste sentido, se tentava a um tempo explicar e “adestrar” o radicalismo e a boêmia.

Pierre Furter (1967), já sobre o impacto de movimentos juvenis que, para ele, tinham ido longe demais, afirmou que “além da timidez, o adolescente escolherá ante o mundo uma atitude derrotista [...]; ou então, pela originalidade, ele se engajará em uma atitude revolucionária, tentando impor seu ponto de vista original no meio em que vive” (p. 91). Para Furter, as “doutrinas radicais” (ou seja, as ideologias esquerdistas e/ou revolucionárias) tendiam a reforçar esta ilusão adolescente de que a história e a sociedade podiam ser recriadas a partir do zero, pela pura vontade do adolescente de imprimir sua marca no mundo, sendo “necessário opor às doutrinas radicais uma ética que permita o exercício de uma autonomia no eixo da história da comunidade [...]”. (ibid., p. 114). Os adolescentes, para Furter, eram a possibilidade de renovação moral das sociedades, pelo exercício de auto-constituição de sua vida moral e dos valores. Entretanto, tal ensaio ainda devia ser feito “em separado”, anunciando a tese da “moratória social” da juventude:

Uma sociedade que pretende apenas adaptar os adolescentes à sociedade adulta é, de fato, uma sociedade que recusa um lugar real e construtivo à adolescência. Esse lugar existe somente em uma sociedade que aceite o risco de colocar à parte seus adolescentes durante um período suficientemente longo em que eles poderão fazer suas experiências, que modificarão, em seguida, a estrutura social. É preciso que os adolescentes tenham o sentimento e a certeza de que são também considerados como sujeitos responsáveis da sociedade. (ibid., p. 229, grifos do autor).

Para Paul Goodman, em obra original de 1960, os jovens das mais diferentes classes estavam plenos de criatividade humana, que, entretanto, via-se desperdiçada diante de um sistema por demais conformista: “uma sociedade tem sentido quando compreende que sua riqueza fundamental reside precisamente nestas capacidades dos jovens”. (1971, p. 29). Entretanto, de modo semelhante a Furter, também Goodman afirma que o lugar deste exercício de criatividade, este espaço de ensaio e erro para a juventude devia ser um mundo à parte: “[...] considero que a juventude necessita realmente de um mundo autêntico, que valha a pena, com o fim de desenvolver-se plenamente nele, e confrontar esta autêntica necessidade com o mundo em que nos é dado viver. Esta é a fonte dos problemas da geração jovem”. (Goodman, 1971, p. 14).

No Terceiro Mundo, foram os jovens chamados a aderir aos projetos “desenvolvimentistas”. Tratava-se muito mais de encaminhar as sociedades para o “desenvolvimento”, “progresso”, civilização, autonomia, independência. Ou seja, ao contrário do que indicaram os trechos citados de Pierre Furter e Paul Goodman sobre os países “desenvolvidos”, a reforma nos países “subdesenvolvidos” era muito mais política e econômica do que moral e cultural. No Brasil, os discursos de políticos populistas sobre os jovens e estudantes, a rigor desde os anos 1930, reproduziam com limpidez este verdadeiro “mito” da juventude progressista, que encontrou acolhida mesmo no discurso de líderes estudantis, como o então presidente do DCE (Diretório Central Estudantil) da USP (Universidade de São Paulo), em 1965:

A juventude sempre representou, na História, um papel fundamental na transformação da sociedade, na reformulação de suas estruturas. Esta função de agente renovador se torna mais clara no mundo subdesenvolvido, onde os jovens, desde cedo, são chamados a tomar posições maduras, devido à rapidez com que evolui o processo de transformações. (Fagali Neto, 1965, p. 1).

Até o menos moderado Florestan Fernandes adota com precisão este modelo “desenvolvimentista” da juventude, a variação “terceiro-mundista” da juventude reformista – em muito assumindo um discurso que teria então, em 1965, já nos dias do Regime Militar, mais apelo entre autoridades e cidadãos adultos do que uma retórica por demais radical. Segundo Fernandes, a mudança nos valores da juventude brasileira, que deixa de desejar a maturidade, que pretere a “experiência acumulada” em troca da “capacidade para a experiência nova”, que busca (no âmbito da universidade) a auto-afirmação e o “domínio das técnicas sociais que asseguram eficácia à capacidade de lidar com a ‘experiência nova’”, estava erroneamente sendo encarada como “subversão”:⁹

Esse raciocínio é monstruoso. O extremo radicalismo do jovem brasileiro parece ser, visto sociologicamente, um produto histórico de sua situação de existência. O desafio não parte da supressão ou da contenção desse radicalismo. Mas de seu aproveitamento útil e normal pela sociedade [...] Só há um meio para evitar que o radicalismo degenera em problema social: a sua canalização socialmente construtiva [...]. É preciso não temer-se o jovem; ele não é um perigo social [...]. Contudo, ele poderá tornar-se muito perigoso, se receber uma educação frustrada e alienada socialmente. (Fernandes, 1975, p. 30-1).

⁹ Percebe-se nos trechos citados, idéias retomadas e sistematicamente desenvolvidas por Marialice M. Foracchi (1972), - socióloga do grupo de Florestan, na USP –, sobre o papel transformador da juventude (ela própria influenciada por Mannheim.).

Florestan Fernandes conclui que para, canalizar o ímpeto radical da juventude, era necessário criar um ensino universitário autêntico. A universidade faria então o papel de espaço que possibilitaria tanto quanto canalizaria as experimentações criativas dos jovens. Mas é preciso deixar claro que Florestan tinha, em seu horizonte, uma canalização socialmente criativa, não a mera sublimação dos impulsos transformadores dos jovens. Não se tratava de criar ou manter seres alienados, mas sim de possibilitar o encaminhamento das juventudes e sua criatividade para a renovação das sociedades. Neste sentido, percebemos que ele foi mais fiel as propostas originais de Mannheim.

Fernando Pedreira, já nos dias do movimento estudantil de 1968, no Brasil, caminhou para conclusões semelhantes, refletindo principalmente sobre a necessidade de abertura política no país:

O movimento dos estudantes, que assumiram a vanguarda do processo, é desorientado, afoito. Que fazer? Condená-los simplesmente. Isto equivaleria a jogar pela janela as melhores possibilidades de educação do povo e de progresso.

Na verdade, se os verdadeiros democratas assumissem no Brasil uma atitude mais corajosa, mais firme e mais lúcida, é provável que a salutar rebeldia dos jovens encontrasse canais mais ordenados, caminhos mais seguros e eficazes. (Pedreira, 1975, p. 119).

Cada qual ao seu modo, Furter, Goodman, Fernandes e Pedreira, faziam a tradução, seja para o público leigo, seja para o mundo acadêmico, do que seria definido como moratória juvenil, tese tão bem expressa pela obra de Erik Erikson. (1987). Para Krauskopf (jul.-dez./2004), Erikson elaborou a versão mais nítida do modelo homogeneizador de juventude imaginado quase universalmente e vivido muito restritamente (basicamente, apenas pelas classes médias dos países desenvolvidos) em seu tempo, o século XX. Erikson concebera a moratória psicossocial, algo específico da juventude no seu entender, como um lapso de tempo em que o indivíduo poderia experimentar, ensaiar e errar, provando distintos papéis até que consolidasse sua própria personalidade.

Segundo Kruskopf (ibid.), a tese da moratória social escondia, sob a roupagem do cuidado e espaço de criatividade, a negação do exercício pelos jovens de verdadeiros papéis como sujeitos sociais, já que aí eram considerados como “imaturos”. Também, tendia a provocar a invisibilidade das ações dos jovens ou, quando estas ações se tornavam visíveis, tendia a tachá-las como “perturbação da ordem”. A moratória seria menos uma “sabedoria social” e mais uma “postergação das possibilidades de participação” dos jovens via a estrutura rígida ocupacional e educacional que vigorava (ibid., p. 28).

Na verdade, desde muito cedo diversos intelectuais fizeram a crítica à tese da moratória social.¹⁰ Mas é preciso lembrar que esta crítica também foi feita já nos anos 1960 por universitários – tanto discentes quanto jovens docentes –, como aqueles que em Maio de 68 denunciaram, ao seu modo, a balela desta moratória, o aspecto segregador e desigual da separação entre crianças/ jovens (“os que nada sabem”) e adultos (“que tudo sabem”), em destaque na educação. (Natanson, out./1968). Assim, a própria juventude mobilizada em 1968 expressou, de modo contundente, sua insatisfação contra as muitas formas de dominação existentes, entre as quais aquelas de cunho geracional. Dentro dela chegou a ser proposto, em destaque nos movimentos na Itália e França, a “auto-educação”, o “poder estudantil” e a autogestão na educação. Versões mais moderadas recriaram a idéia da co-gestão, e ambos, moderados e mais radicais, falaram também da “educação permanente”, para toda a vida, assim como a importância maior da disposição constante ao aprendizado (o “aprender a aprender”) em relação ao conteúdo por si só. Prenunciavam assim, temas e propostas hoje bastante disseminadas, ainda atualmente tenham um sentido bem pouco crítico em comparação com o tom radical de 1968. (Groppo, 2006).

Acredito, entretanto, que seja necessário reconsiderar a negação quase que absoluta de positividade no modelo de moratória social feita por Krauskopf (jul.-dez./2004). Um olhar mais dialético sobre a moratória social pode ajudar a compreender não apenas suas negatividades e tradicionalismos, mas também suas reais e potenciais positivities. O modelo da moratória social continha dentro de si diversas dualidades. A um tempo, conjugava o modelo funcionalista tradicional e anunciava o modelo do protagonismo juvenil. Agregava, mais ou menos em torno deste duplo referencial, a concepção da juventude e das categorias etárias tanto como integração social (e, portanto, sob uma rígida prática de socialização e a institucionalização do curso da vida) quanto como “direitos sociais”. Em ambos os sentidos, como integração e como direito social especial, a moratória era tanto uma descrição sobre o que parecia ser efetivamente a condição juvenil, quanto um juízo de valor sobre o que ela deveria ser. Funcionava, assim, como um indicador de civilização, civilidade, progresso social, cidadania. A juventude como “direito” é e era a possibilidade da moratória social, já que seria um momento destinado a especial proteção, orientação e livre experimentação.

¹⁰ Como Armida Aberasturi, em 1971, citada em Krauskopf, jul.-dez./ 2004.

Deste modo, a história do século XX foi também a da expansão da juventude como categoria social e como direito, não apenas para o interior das sociedades européias e norte-americanas – expandindo-se das elites para as classes médias e trabalhadoras –, mas também para o exterior das sociedades ditas “ocidentais”.

Entretanto, nas sociedades fora da Europa e EUA, tanto quanto a infância e outros direitos sociais, a juventude sempre foi para a maioria das pessoas apenas um desejo. Estas sociedades sempre fizeram da infância e da juventude, tanto quanto os padrões “ocidentais” de desenvolvimento econômico, uma meta de civilização, um indicador de excelência. Constituíram tanto projetos imensos de desenvolvimento econômico quanto leis e instituições que supostamente protegiam a infância e os jovens. Em ambos os casos, normalmente se atingiram resultados práticos quase sempre muito aquém do esperado. No primeiro caso, revelando a posição subordinada e dependente destas nações à economia mundial. No segundo caso, revelando as contradições e os limites da cidadania num mundo capitalista baseado na concorrência e na acumulação de capitais – em vez da solidariedade e da acumulação de felicidade.

Contudo, é certo que, apesar desta dimensão cidadã presente no modelo da moratória social, as análises progressistas dos anos 1960 sobre as rebeldias juvenis, informadas por este modelo, a rigor não romperam totalmente com o funcionalismo. Por baixo do modelo da moratória juvenil, ainda jazia o sistema funcionalista de integração social. Mas as diferenças são importantes: a integração ideal dos jovens só é possível via a evolução da sociedade; esta evolução é necessária e só possível, diametralmente, através da mobilização dos jovens, ou melhor, da canalização de sua mobilização já em curso em prol dos novos ideais sociais. Enfim, tratava-se menos da repressão, vigilância e “reengenharia social” (supostamente mais apropriadas no trato para com a delinqüência) e mais da admoestação, canalização e orientação – já que estaríamos lidando, “nós”, os “intelectuais”, com os jovens das classes médias, e não das camadas populares, ou seja, se tratavam dos “nossos” filhos e alunos.

Mas os próprios movimentos juvenis dos anos 1960, que ajudaram a pôr em causa o modelo funcionalista, que alimentaram o modelo da juventude como sujeito ativo da transformação social, iriam pôr em causa o paradigma da moratória social – negando, como se demonstrou acima, que os jovens deveriam estar segregados em relação aos adultos. Na

verdade, ajudavam a revelar que, a rigor, o modelo da moratória social ainda não rompera totalmente com o funcionalismo.

O rumo tomado pelas ações rebeldes juvenis iria pôr em causa a plausibilidade deste modelo reformista e “desenvolvimentista”. Tanto pela profundidade surpreendente das ações, quanto por sua inesperada brevidade. Por um lado, os “excessos” das contraculturas em matéria de sexualidade, drogas e irracionalismo – tão bem característicos do chamado movimento hippie. Por outro, a amplitude das negações e enfrentamentos, assim como a contundência, dos movimentos estudantis – características tão marcantes das mobilizações universitárias de 1968. Enfim, esta onda de radicalismo viu-se politicamente derrotada, ainda que, em conluio com a boêmia contracultural, tenha promovido uma considerável revolução comportamental. Mas, para tanto, assistiu-se à metamorfose das culturas rebeldes, absorvidas que foram pela indústria cultural e pela flexibilizada “sociedade de consumo”.

Assim, os anos 1970 e 80 realmente foram, do ponto de vista das juventudes, o de uma maior dispersão e diversificação das “rebeldias” juvenis, que, enfim, passaram a ser lidas – e efetivamente se tornaram, em parte importante – sub-culturas de diferenciação (não necessariamente de contestação). Ficava mais difícil propor um modelo hegemônico para as revoltas juvenis. A diversidade passa, desde então, a dar o tom das análises sociais e culturais, que, tanto quanto as identidades juvenis diante da complexidade da vida social, tendem também a se fragmentar ao olhar o seu objeto.

3. Sub-culturas, estilos de vida e diferenças

A partir dos anos 1970, interpretações sócio-históricas de diversas origens vieram a pôr em causa mais seriamente os modelos de explicação das revoltas de juventude advindos do funcionalismo e da tese da “moratória social”, entre as quais:

- a) As concepções “pós-modernistas”: por exemplo, na interpretação de David Harvey (1992), apesar deste não crer que realmente o mundo ocidental passou a ser composto de sociedades “pós-modernas”, certamente modificou-se o sentido da “modernização”, principalmente a forma capitalista de acumulação, que deixou de ser fordista e se tornou “flexível”. Neste sentido, concepções e vivências sociais do tempo e espaço passam a ser transformadas. Passamos, com a fase flexível, a uma

nova compressão do espaço-tempo, radicalizando a experiência já vivida e expressa pelos modernistas. A vivência do imediato, a vigência do instantâneo – tendências marcantes no modo de sentir o tempo e o espaço pelas juventudes modernas –, segundo estas concepções, passam a ser as formas hegemônicas de sensibilidade social para todas as idades.

- b) O “embaralhamento” da infância e maturidade: a influência das mídias eletrônicas, segundo Meyrowitz (1985) e Postman (1999), teria provocado – notadamente na segunda metade do século XX – o embaralhamento dos atributos e status modernamente relacionados à infância e à maturidade.
- c) A juvenilização da vida: identifica-se esta temática a partir da obra de Baudrillard (1972, 1991; cf. Santos, 1992), na qual a juventude, como vivência real, identidade sócio-cultural efetiva e símbolo carregado de possibilidades de ruptura histórica e contestação, é recodificada como “juvenilidade”, isto é, torna-se um “signo”, esvaziado de sentidos autênticos produzidos pela vivência social concreta. A juvenilidade passa mesmo a determinar aos indivíduos a maneira mais legítima de vivenciar o que seria a juventude, a partir do consumo de dados produtos e atitudes indicados pela “sociedade de consumo”.
- d) A reprivatização do curso da vida: segundo diversos autores da psicologia social e antropologia, houve nas últimas décadas uma “reprivatização do curso da vida”, concomitantemente à “desinstitucionalização das categorias etárias”. (Kohli; Meyer, 1986; cf. Debert, 1994, 1999). Os indivíduos teriam cada vez mais o direito (ou a obrigação) de comporem segundo suas próprias vontades (e condições) o curso de suas vidas. Flexibilizam-se as normas oficiais e as interferências institucionais sobre a passagem pelas idades da vida.

Entre as muitas conclusões advindas destas novas concepções, destaca-se a idéia de que as categorias etárias se tornam cada vez mais “estilos de vida”. A juventude torna-se uma parte da vida humana que constitui uma identidade cultural própria, muito mais que uma “fase” passageira. Segundo Anthony Giddens, “[...] os adolescentes querem ser desassociados da idéia de que estão numa fase passageira e indefinida [...]”, buscando,

ainda que inconscientemente, “[...] dar à sua cultura um caráter permanente”. (apud Colombo, 21/jan./2000, p. 30).

Dois movimentos dentro da reflexão das ciências sociais sobre a condição juvenil são aí observados:

- I) A tentativa de superação da idéia da juventude como socialização ou preparação para a vida adulta, substituída pela idéia de que a juventude se torna um “estilo de vida” em si mesmo;
- II) A tentativa de repensar os modelos modernos de rebeldia juvenil – boêmia, delinqüência e radicalismo –, que são reinterpretados como “culturas” ou “subculturas” juvenis. Neste segundo movimento, mais que disfunção e desvio (conforme concebia o funcionalismo), mais que rebeldia ou revolta (conforme mais generosa interpretação dos anos 1960), tem-se a construção de identidades e a produção de diversidade sócio-cultural.

No item anterior, discutiu-se que a tese da moratória juvenil reunia, de modo pouco consciente, as duas dimensões do que chamarei abaixo da concepção dialética da condição juvenil (condição que congrega o duplo movimento de integração social e autonomia juvenil). Na tese da moratória juvenil, tentava se acomodar e neutralizar a dialética da condição juvenil, fazendo com que o termo positivo da tese, qual seja, a Experimentação, fosse vivida nos limites da moratória juvenil (a Separação). A Separação é o elemento integrador que mal esconde suas raízes no funcionalismo, preocupado em formar o adulto do futuro ainda com base no adulto do presente. A Experimentação, contudo, contém o elemento da autonomia, um aspecto atrativo da juventude e a se viver no momento presente.

Assim, tal qual a juventude como “direito social”, a juventude como Experimentação é uma outra maneira de descrever o lado positivo do modelo da moratória juvenil, a qual indica algo fundamental na condição juvenil, tanto a moderna quanto a contemporânea (para alguns, “pós-moderna”). Trata-se da possibilidade da juventude ser vivida, nos termos de Marialice Foracchi (1972), inspirada em Mannheim, como uma vinculação experimental com a realidade e os valores vigentes.

Os modelos oriundos dos estudos culturais e sociais das identidades juvenis vão, na minha avaliação, enfatizar apenas este aspecto da condição juvenil – a da Experimentação. Neste sentido, a criação sócio-cultural (como identidades autônomas e sub-culturas) seria obra quase tão somente de indivíduos e pequenos grupos diferenciais. Do mesmo modo, o tempo presente é o único relevante a partir de agora para entender a condição juvenil. No limite, considerando as teses da flexibilização dos comportamentos, a vida toda passa a ser a de uma constante experimentação e adequação permanente a um mundo mutante.

Mas a principal crítica a ser feita a estes modelos, ainda que não aprofunde-a aqui, se refere aos seus limites metodológicos. Tais estudos fazem constantemente uso de abordagens fenomênicas sobre as relações entre os jovens e a sociedade. Resulta tal em análise sem a necessária abrangência histórica, dados limites deste modo de análise microsociológico, que tem dificuldades de alçar a sua visão para além do individual, do particular, do cotidiano.

Se Erikson falava da juventude como período coroado pela definição de uma identidade adulta, como uma moratória social em que os indivíduos poderiam e deveriam ensaiar diversos papéis, em busca de sua própria personalidade estável e consolidada, entretanto, os estudos sócio-culturais passaram cada vez mais a falar de identidade juvenil ou, melhor, de identidades juvenis: a identidade passa a definir um conjunto de traços mais ou menos coerente e relativamente estável, adotado por um grupo e seus membros; os indivíduos em geral (e não apenas os jovens) passam a adotar diversas identidades na pós-modernidade tal qual os jovens ensaiavam papéis durante o período da moratória nos idos da modernidade.

Acredito que os modelos “pós-modernistas” retirem sua lógica justamente desta exacerbação de um pólo do modelo da moratória juvenil. Na verdade, mesmo os defensores da tese da moratória anteviram esta possibilidade – a da autonomia juvenil buscar sua plenitude –, mas consideram-na como algo indesejável, revelador de “anomia” social. Por exemplo, Furter falava de tendências em que a juventude e os movimentos juvenis desejariam construir um mundo para si só¹¹, graças à inércia da sociedade conformista e

¹¹ O próprio Erikson anteviu este processo, ainda que de modo muito negativo, tal como outros pensadores moderados de seu tempo que defendiam a necessidade de sublimar a tendência juvenil de crer-se bastar em si mesma: “Hoje em dia [...] nós enfrentamos jovens que ocultam sua verdadeira identidade – em todo o sentido da palavra – atrás de uns óculos escuros e de uma cabeleira onipresente, fazendo ostentação ao mesmo tempo

tradicionalista, e que o correto seria constituir um mundo em separado para a juventude – ainda que com pontos de contato com o mundo “oficial” –, na qual se constituiria aquela personalidade moralmente consolidada capaz de renovar o sistema social quando adulta. Entretanto, justamente a tendência foi a dos grupos juvenis criarem seus próprios mundos e destes mundos passarem a ser cada vez mais valorizados pela “sociedade de consumo”, pela indústria cultural – gestando a juvenilização da vida, como se descreveu no início deste item.

Michel Maffesoli (1987) é um exemplo daquela grande exaltação da “potência da socialidade”, cuja “centralidade subterrânea informal” vinha, “através da abstenção, do silêncio, e da astúcia” opor-se “ao Poder do econômico-político”. (p. 7). A espontaneidade da socialidade humana engendraria as respostas positivas e criativas diante das tendências negativas e repressoras da grande sociedade e dos amplos processos históricos. Para Maffesoli, diante da massificação, da imposição de uma “sociedade de massas”, os indivíduos e pequenos grupos respondiam com o tribalismo, o vitalismo e a afetividade.

Maffesoli, assim como muitos daqueles que enfatizam a potência da espontaneidade de indivíduos e tribos, em contrapartida a esta ênfase, vem reificar, tornar estranho e externo aos indivíduos e seus grupos de identidade os processos históricos e as estruturas sócio-econômicas e políticas. E mais, tais processos e estruturas parecem simplesmente impor-se aos indivíduos, tendo um desenvolvimento imponderável ao qual simplesmente devemos nos adaptar e aproveitar alguns poucos espaços não preenchidos para constituir tribos afetivas e identitárias. Se Maffesoli fala da massificação, mais recentemente a preferência é ressaltar a complexificação e a mutação constante da sociedade, economia e tecnologia, as quais vêm exigir dos indivíduos tão somente adaptação permanente e fixação no tempo presente. Em resposta, nunca em oposição, indivíduos e pequenos grupos estariam criando e recriando identidades, as quais fornecem pequenos portos seguros para o eu diante de um mundo em intensa volatibilidade.

O artigo de Krauskopf (jul.-dez./ 2004) me parece ser um bom indicador tanto dos aspectos positivos desta crítica culturalista ou “pós-moderna” ao modelo da moratória

de uma identidade negativa com frequência para além de seus recursos emocionais”. (1987, p. 153, texto original de meados dos anos 1960). Inclusive pensadores menos moderados, como o marxista Henri Lefebvre (1969), perceberam esta tendência e a criticaram: “Muitas pessoas jovens (parece) não querem saber o que as precederam. Uma tendência natural torna-se decisão. Eles decidem, os jovens, colocar entre parênteses e ignorar o anterior. O mundo começa com eles de um puro começo.” (1969, p. 190).

juvenil, quanto dos seus limites. Entre os aspectos positivos, primeiro, absorve da tese da moratória juvenil a concepção da juventude como relação experimental com os valores e a realidade. Segundo, contribuindo para desvelar um grave problema do modelo da moratória juvenil – que concebia de modo homogêneo o modo como se vive a condição juvenil – e realçando a grande qualidade dos estudos sócio-culturais recentes sobre a juventude, Krauskopf demonstra a diversidade dos modos de viver a juventude, inclusive (o que infelizmente não é o mais comum neste enfoque) relacionando a diversificação das juventudes não apenas com as opções culturais e idiosincrasias, mas também com as dificuldades provocadas pela desigualdade sócio-econômica.

No entanto, a realidade sócio-econômica-cultural é tida por Krauskopf, assim como para tantos outros que se debruçam sobre estas questões, como um complexo imponderável de processos de fragmentação. O capitalismo, em suas estruturas e processos, não é tomado como categoria que poderia explicar estes mecanismos de fragmentação e complexificação. Não se leva tão a sério, ao contrário do que poderia ser feito, que os novos desdobramentos do modo de vida e produção capitalista vêm, justamente ao aprofundar a lógica de acumulação e exploração, reforçar estas tendências de fragmentação e compressão do espaço-tempo social. Enfim, a realidade política, mais propriamente estatal, na relação com os jovens, é vista tão somente como “reativa”. Dela se aponta tão somente sua face repressiva, reagindo rispidamente às tentativas das juventudes buscarem autonomia, diferenciação e identidade.

A realidade sócio-econômica-tecnológica-política é vista de modo dual, no fim. Ao mesmo tempo em que é algo imponderável, da qual os seres humanos não podem participar de sua construção e destino, apenas se adequar para tentar sobreviver, ela é repressora, castradora, negativa e homogeneizadora. A verdadeira realidade humana parece viver, então, em outros lugares, nos interstícios dos sistemas, onde e quando os indivíduos podem formar pequenas tribos e criar espontaneamente identidades diferenciais nas quais sentem-se acolhidos.

Outras formas de conceber a realidade social e a sua relação com os indivíduos poderiam ser levadas em conta. Uma delas, muito valiosa, e que não deixa de considerar aspectos muito importantes ressaltados por estes modelos da identidade juvenil, pode conceber ambos os fatores – sistema e indivíduos – como parte de uma totalidade que se

articula de modo dialético, contraditório. Ainda que com inesperados pontos de integração, inclusive onde se depositava a única esperança de fuga para os modelos de identidade. Trata-se da confluência entre o cultivo de “estilos de ser” alternativos e diferenciais e as esferas de consumo – especialmente a produção cultural – em fase de flexibilização, que encontraram o meio de recuperar sua lucratividade e multiplicar sua acumulação não mais na massificação, mas sim no atendimento e cultivo de mercados multi-segmentados.

4. Condição juvenil

Discutiu-se nos itens iniciais sobre dois modelos sociológicos de juventude e rebeldia juvenil que parecem caracterizar dois dos principais modos “modernistas” de conceber a condição juvenil. O primeiro, o funcionalista, assentava-se no paradigma da integração social e em categorias explicativas como função e disfunção social. Neste, as rebeldias juvenis eram (e são) tidas como “disfunções”, sendo a rebeldia mais característica a “delinqüência”. O segundo, o modelo da moratória social, assentava-se em paradigmas reformistas e desenvolvimentistas de transformação social, com forte tendência de considerar as rebeldias juvenis como um impulso à transformação social e tomando como rebeldia mais marcante o “radicalismo”.

De modo esquemático, podemos dizer que ambos os modelos, o funcionalista e o da moratória social, conceberam, de modo mais característico, a condição juvenil principalmente como uma criação das instituições e processos sociais. Isto é mais patente no funcionalismo, é claro, em que as rebeldias juvenis eram tidas menos como “criatividade” e protagonismo e mais como fruto de tendências irracionais da natureza e/ou de “tradições ocultas” oriundas de estágios inferiores e/ou disfuncionais da vida social. Mas o modelo da moratória social também tendia a ver a juventude como obra da “sabedoria social”, que reservou tempo e espaços especiais para que os jovens pudessem ensaiar e experimentar papéis sociais e novos valores. Assim, em ambos, na definição da “condição juvenil”, a parte “forte” da relação entre sociedade (como instituições, estruturas e processos sócio-históricos) e juventude (como indivíduos e grupos juvenis) caberia à sociedade.

Uma alternativa a este esquema da condição juvenil seria simplesmente inverter a relação. Muitos dos modelos “pós-modernistas” de análise das juventudes podem assim ser caracterizados, no meu entender. Nestes, a condição juvenil, ou melhor, as condições

juvenis se constituem por si mesmas a partir da livre composição de elementos sociais e culturais disponíveis. A parte forte da relação sociedade-juventude é, aqui, a juventude.

Uma outra alternativa ao esquema “modernista” da condição juvenil é considerar ambos os fatores, sociedade e juventude, como importantes. Assim, seria a “relação” entre eles quem configuraria a condição juvenil. Tal alternativa me parece mais interessante que as anteriores. Mas ela poderia decair em uma variação mais sofisticada do funcionalismo, o pensamento “sistêmico”, em versões como as de Niklas Luhmann. O esquema “sistêmico” da condição juvenil poderia apregoar que os fatores na relação tendem ao “equilíbrio”, à recíproca acomodação.

Minha proposta, descrita abaixo, parte do suposto de que a condição juvenil se configura mesmo a partir de uma relação entre sociedade *versus* indivíduos e grupos juvenis. Entretanto, esta relação é dialética, ou seja, fundada numa contradição entre o movimento da integração/socialização e o movimento da autonomia/criatividade. Dito de outro modo, a condição juvenil é dialética porque está assentada sobre uma relação de contradição entre sociedade e juventudes. Esta contradição expressa-se historicamente em ações de institucionalização da juventude seguidas ou precedidas de ações ou resistências dos indivíduos e grupos que são considerados ou se assumem como jovens.

Esta concepção “dialética” da condição juvenil demonstra trajetórias de indivíduos e grupos juvenis oscilando no duplo movimento que envolve integração *versus* inadaptação, socialização *versus* criação de formas de ser e viver diferentes, papéis sociais *versus* identidades juvenis, institucionalização *versus* informalização, homogeneização *versus* heterogeneidade e heterogeneização, cultura *versus* sub-culturas etc. Pode-se, deste modo, interpretar que desde o início do “percurso” das juventudes na modernidade houve possibilidades e concretas ações de protagonismo juvenil, criação de identidades diferenciadas, resistências e sub-culturas. (Groppo, dez./2004). Diversas rebeldias e mobilizações juvenis, pelo menos desde o Movimento Juvenil Alemão, na virada do século XIX ao XX, seguidos por movimentos estudantis diversos, movimento hippie e outros, ao longo do século XX, já traziam de modo consciente e patente o desejo desta identidade juvenil autônoma, vontade que costumeiramente pautou as suas ações sociais. (Groppo, 2000).

Assim, as rebeldias, identidades autônomas e sub-culturas juvenis não são uma realidade efetiva apenas da era “pós-moderna”. Põem-se em causa, assim, ao menos no que se refere às juventudes, diversas versões pós-modernistas que afirmam que a “pós-modernidade”, precedida pela era da integração social homogeneizadora (a “modernidade”), assistiria solitariamente o irromper das sub-culturas e identidades auto-construídas. Também, considera-se que não são as identidades juvenis autônomas a única “verdadeira realidade” da condição juvenil, seja de modo absoluto – algo menos defensável –, seja de modo relativo, no sentido de que historicamente elas surgiriam sempre primeiro, precedendo necessariamente a intervenção social sobre as juventudes. Coloca-se em causa, agora, a tendência a considerar a rebeldia como a única e genuína “ação social”, cabendo ao sistema social apenas o papel de “reação”, já que, na concepção acima descrita de condição juvenil, ambos – sistema social e juventudes – podem aparecer diversamente na condição de atores e espectadores, sujeito e objeto, protagonistas e reagentes, interventores e resistentes.

Se os modelos “pós-modernistas” contribuem muito para percebermos o movimento de autonomia, rebeldia e criação sócio-cultural (ora reais, ora apenas possíveis) no interior da contraditória condição juvenil, um ponderado olhar sobre os modelos clássicos de explicação sociológica pode ajudar a entender o outro movimento que constitui a dialética vigência das juventudes modernas e contemporâneas.

Em suma, os modelos modernos e pós-modernos discutidos neste trabalho apresentam os dois pólos em oposição no interior da condição juvenil na modernidade e contemporaneidade. Do modelo funcionalista e da parte segregacionista da tese da moratória juvenil, podemos perceber os contornos do pólo da Integração Social. Da parte relativa à Experimentação na tese da moratória e nos modelos pós-modernos, o pólo da Autonomia Juvenil

A concepção dialética da condição juvenil procura superar a visão não-dialética a que tendem, o modelo funcionalista e o pós-modernista, cada qual ao seu modo. O funcionalismo, pela ênfase quase que absoluta no pólo da integração social, considerando o que poderia ser traduzido como o impulso à Autonomia como disfunções, portanto, como perturbações na ordem social que tende ao equilíbrio. Os pós-modernistas, pela ênfase também exacerbada no pólo da criatividade juvenil: ora tratando a “ordem social” como

realidade imponderável a quem apenas podemos nos adaptar – e, em contrapartida, exercer a criatividade auto-redentora em alguns espaços vagos (no cotidiano e na produção cultural); ora tratando tal “ordem” apenas como Poder negativo de repressão e homogeneização, não destacando os aspectos criadores/ propositores do sistema no que se refere à condição juvenil (não necessariamente benéficos, diga-se de passagem), nem concebendo a articulação contraditória da totalidade formada entre sistema social e indivíduos.

Ao seu modo, a tese da moratória juvenil considerou estes dois pólos – integração e autonomia – ainda que tenha tentado negar a sua relação contraditória, procurando harmoniza-los nos princípios da Separação e da Experimentação, os quais buscavam normalizar as relações potencialmente conflituosas entre instituições sociais e juventudes – conflitos que iriam explodir em intensidade e generalidade, ainda que com brevidade, nos últimos anos da década de 1960.

Muito do que são as ações e representações juvenis explicam-se de maneira soberba através do recurso aos conceitos e modos de análise “pós-modernistas”, ainda que estes tendam a fragmentar seu objeto – as juventudes –, parecendo reproduzir aquela tendência mais geral da contemporaneidade, que fragmentou a vida social. Também, se estes modelos conseguiram assim chamar a atenção sobre a diversidade das juventudes, por outro lado podem dificultar a compreensão do que há de mais geral nas heterogêneas identidades juvenis, e , principalmente, podem dificultar a percepção da relação destes construtos oriundos do que seriam as esferas criativas da vida pós-moderna (cotidiano e cultura) com as esferas pretensamente inumanas, imponderáveis e todo-poderosas (economia, tecnologia e política).

A se crer nos modelos modernistas apresentados aqui, tanto quanto nos pós-modernistas, seria difícil perceber que nas rebeldias juvenis no período anterior ao final dos anos 1960 já havia a presença concreta de processos de construção de identidades autônomas juvenis, a elaboração de sub-culturas diferenciadas e exercícios inclusive radicais de protagonismo. Ou seja, que a condição juvenil é e era, ao longo da “modernidade” e contemporaneidade, uma condição dialética, fruto da contradição posta e repostada entre instituições sociais e possibilidades de autonomia dos jovens.

Se esta concepção dialética da condição juvenil ajuda a compreender melhor as continuidades e descontinuidades entre as rebeldias juvenis do século XX e as sub-culturas juvenis do início do século XXI, também parece servir muito bem para avaliar acontecimentos bastante recentes, como a participação muito importante de jovens nos movimentos de crítica à globalização e os aguerridos protestos no Brasil do movimento estudantil pelo passe-livre (Liberato, 2006); as revoltas dos jovens dos subúrbios franceses no final de 2005 e, novamente na França, as manifestações contra a lei do “primeiro emprego” que começaram entre os estudantes, em 2006 etc.

5. Algumas teses sobre a condição juvenil no mundo contemporâneo

Para complementar este trabalho, desejo expor algumas teses que, apesar, de levarem este nome, tratam-se antes de hipóteses ou conclusões de caráter parcial sobre os modelos sociológicos de interpretação das juventudes e suas rebeldias, feitas a partir do que foi discutido neste trabalho. Vamos a elas:

- 1) A crítica pós-modernista colabora com a superação de modelos evolucionistas e funcionalistas que marcaram muito do pensamento social do século XX, inclusive sobre as questões das juventudes; ajuda a perceber a convivência de espacialidades e temporalidades heterogêneas no mundo contemporâneo, bem como a diversidade de juventudes e dos modos de viver a condição juvenil. Ela colabora muito ao desfeticizar modelos explicativos clássicos cuja visão homogênea e homogeneizadora da condição juvenil limitava sua capacidade analítica. Se isto era verdade na “modernidade”, torna-se ainda mais marcante na contemporaneidade, em que um capitalismo baseado na acumulação flexível multiplica a fragmentação da vida social, dificultando o uso tranqüilo de modelos explicativos rígidos em demasia e que não permitam um olhar atento às especificidades de cada evento juvenil.
- 2) Esta mesma crítica, porém, muitas vezes vem dificultando um olhar desde a partir das condições, processos e estruturas de caráter mais amplo e geral, principalmente as de cunho político e econômico; dificulta compreender o caráter histórico – no sentido de que a história é fruto das ações e lutas humanas concretas – das estruturas e processos sociais, que aparecem aí muitas vezes como imponderáveis, dando a

entender que restaria como única alternativa de liberdade e criatividade de ações na esfera micro e cotidiana, através de produções culturais e criações identitárias.

- 3) Nesta preocupante inversão – do macro ao micro, da evolução absoluta ao relativismo absoluto –, esta visão não parece perceber, ou pouco problematiza, a integração mais ou menos bem resolvida entre as tendências da “sociedade de consumo” flexível com as construções de identidades sócio-culturais diferenciadas (mesmo quando alternativas e até rebeldes). (cf. Liberato, 2006);
- 4) Uma revisão dos modelos “pós-modernos” de interpretação das juventudes em consonância e/ou contraponto com tendências, processos e estruturas mais gerais do capitalismo contemporâneo (em suas várias faces, flexível, global, neoliberal etc.), permitiria relacionar melhor, entre outros, identidades juvenis e flexibilização do consumo, reprivatização do curso da vida e políticas neoliberais de desregulação e de desmanche do Estado social.
- 5) Os modelos “clássicos” ainda têm validade, ainda que relativa, para dar conta de diversas manifestações juvenis – inclusive de rebeldia; só a pretensa justeza da tese 1 – a convivência de temporalidades e espaços na “sociedade civil mundial” – já permitiria supor esta possibilidade; mas isto se reforça pela realidade concreta de muitas ações juvenis contemporâneas de radicalismo (como a França em 2006, Movimento Passe-Livre no Brasil, movimento anti-globalização etc.) ou que misturam radicalismo com delinquência (a revolta dos subúrbios franceses em 2005); ações rebeldes que não se explicam apenas pela criatividade sub-cultural ou pela construção de identidades alternativas.
- 6) A compreensão destes movimentos parece requerer a consideração de que a estrutura etária “moderna” (baseada em categorias etárias, direitos e prerrogativas mais definidos e instituições oficiais destinadas aos cuidados para com cada categoria etária) ainda é vigente para uma boa parte da população, ainda que com caráter precarizado; esta população necessita desta institucionalidade para obter proteção e socialização em fases mais sensíveis da vida, mas, principalmente, a estrutura etária “moderna” é parte da concepção social sob o curso da vida para boa parte da população – que não teria mesmo condições sócio-econômicas para uma autoconstrução absoluta de seu curso da vida (conforme as teses da reprivatização

do curso da vida, que antes parecem descrever o privilégio de uma construção mais livre do curso da vida restrito apenas a algumas classes sociais).

- 7) É claro que é possível – e mesmo necessário – olhar a estrutura etária “moderna” como formas de dominação, disciplinarização e homogeneização artificial e forçada, mas ela também é componente de um imaginário moderno de civilização que foi – e ainda é, em parte importante – modelo e critério sobre o dever ser das relações sociais e do curso da vida; e este imaginário também se expressou e se expressa na linguagem dos direitos e da cidadania. Parte importante dos movimentos rebeldes juvenis citados na tese 5 é, mais que uma expressão da diferença, e diverso de uma busca por mais liberdade (como foram os movimentos juvenis dos anos 1960, diante da excessiva disciplinarização e homogeneização das instituições sociais modernas e tradicionais), uma luta pela igualdade, na forma da manutenção de direitos ameaçados ou da conquista de direitos ainda recusados.
- 8) Tal interpretação permite aproximar a análise destas rebeldias juvenis com a análise sobre a aplicação e os efeitos das políticas de desregulação ditas “neoliberais”, em destaque o desmanche do chamado lado social do Estado e a erosão dos direitos sociais de cidadania; a confluência das análises é justamente a da “dialética das juventudes” com a precarização das instituições tradicionais e modernas de socialização e proteção de categorias etárias mais sensíveis.
- 9) Na perspectiva da ação política, não se trata de desprezar a luta pela liberdade em prol da luta pela igualdade; a defesa da mobilização em prol da manutenção e recuperação de direitos sociais não significa o irrealismo nem a não-desejabilidade de maior liberdade de construção do curso da vida e maior flexibilidade nas relações etárias e inter-geracionais; só que, a curto e médio prazo, a defesa da igualdade e das possibilidades de proteção de infância, juventude e velhice são provavelmente mais cruciais.
- 10) Neste sentido, uma discussão importante, ainda que, segundo a tese 9, infelizmente ainda não a mais importante, seria a de pensar a possibilidade de uma forma de vida social emancipada sem a dependência de estruturas institucionais e estatais homogeneizadoras e disciplinarizadoras, em que se permitira realmente a generalização da liberdade e flexibilidade de composição do curso da vida e a

democratização das relações etárias, “privilégios” hoje restritos a poucos grupos sociais e, em geral, como função do consumo;

Referências Bibliográficas

ABRAMO, Helena Wendel. **Grupos juvenis nos anos 80**. Um estilo de atuação social. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

BAUDRILLARD, Jean. **Para uma crítica da economia política do signo**. São Paulo: Martins Fontes, 1972.

_____. **A sociedade de consumo**. Lisboa: Edições 70, 1991.

BRITO, Sulamita. (org.). **Sociologia da juventude**. 4 volumes. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

BURGESS, E.; BOGUE, D. (orgs.). **Contributions to Urban Sociology** Chicago, London: Universidad of Chicago Press, 1964.

DEBERT, Guita G. (org.) **Antropologia e velhice**. Textos Didáticos, n. 13, Campinas: IFCH/ Unicamp, mar./1994.

_____. **A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento**. São Paulo: Edusp, Fapesp, 1999.

COLOMBO, Sylvia. “A longevidade da adolescência”. **Folha de S. Paulo**. Caderno Mais, 21/fev./2000, p. 30-1.

ERICKSON, Erik H. **Sociedade y adolescencia**. 11ª ed., México: Siglo Veinteuno, 1987.

FAGALI NETO, Jorge. Apresentação, **Revista DCE USP Livre**, n. 1, São Paulo, 1965, p. 1.

FERNANDES, Florestan. O problema da universidade, In: _____. **A universidade brasileira: reforma ou revolução?**, São Paulo: Alfa-Omega, Biblioteca Alfa-Omega de Ciências Sociais, vol. 3, 1975, cap. 1, p. 25-31.

FLINTER, Andreas. Os problemas sociológicos nas primeiras pesquisas sobre a juventude. In: BRITO, Sulamita (org.). **Sociologia da juventude**, vol. I, Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

FOOT-WHYTE, Willian. **La sociedad de las esquinas**. México: Diana, 1971.

FORACCHI, Marialice M. **A juventude na sociedade moderna**. São Paulo: Livraria Pioneira, Editora da Universidade de São Paulo, 1972.

FURTER, Pierre. **Juventude e Tempo Presente**. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1967.

GILLIS, John. **Youth and History**. Tradition and change in European age relations. 1770-present, Nova York/ London, Academic Press, Expanded Student Edition, 1981.

GOODMAN, Paul. **Problemas de la juventud en la sociedade organizada**. Barcelona: Peninsula, 1971.

GROPPO, Luís Antonio. **Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas**. Rio de Janeiro: Difel, 2000.

_____. “Educação e juventude como técnicas sociais na obra de Karl Mannheim”, Revista *Ciências da Educação*, Lorena, Centro Unisal, ano 05, n. 09, 2003, p.233-256.

_____. Dialética das juventudes modernas e contemporâneas. **Revista de Educação do COGEIME**. Ano 13, n. 25, dez./2004, p. 9-22.

_____. **Autogestão, universidade e movimento estudantil**. Campinas: Autores Associados, 2006

JOVENes. Revista de Estudos sobre Juventud. Janela Central: Olhares sobre os jovens no Brasil. ano 9, n. 22, México, jan.-jun./2005.

KOHLI, Martin; MEYER, John. (orgs.). Social structure and social construction of life stages. **Human Development**. n. 29, 1986, p. 145-180.

KRAUSKOPF, Dina. Comprensión de la juventud. El ocaso del concepto de moratoriapsicosocial. **JOVENes. Revista de Estudios sobre la Juventud**. México, ano 8, n. 21, p. 26-39, jul.-dez./2004.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 1992.

LIBERATO, Leo Vinicius Maia. **Expressões contemporâneas de rebeldia: poder e fazer da juventude autonomista**. Tese (Doutorado em Sociologia Política), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

MANNHEIM, Karl. **Diagnóstico de nosso tempo**, Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

_____. **Liberdade, poder e planificação democrática**, São Paulo: Mestre Jou, 1972.

MATZA, David. As tradições ocultas da juventude. In: BRITO, Sulamita. (org.). **Sociologia da juventude**. Vol. III. Rio de Janeiro: Zahar, 1968, p. 81-106.

MAFFESOLI, Michel. **O tempo das tribos**. O declínio do individualismo nas sociedades de massa. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

MAYS, John Barrow. **Growing up in the city: a study of juvenile delinquency in an urban neighbour**, Liverpool University Press, Liverpool, 1956.

MEYROWITZ, Joshua. The blurring of childhood and adulthood. A case study in changing roles transitions. In: _____. **No sense of place**. The impact of eletronic media on social behavior. New York: Oxford University Press, 1985, cap. 13, p. 226-267.

NATANSON, Jacques-J. (outubro de 1968), Les éducaeurs à l'épreuve. *Esprit*. n. 374, Paris, p. 313-328.

PEDREIRA, Fernando. A santa ignorância. In: _____. **Brasil política**. 1964-1975. São Paulo: Difel, 1975, p. 117-119.

POSTMAN, Neil. **O desaparecimento da infância**. Rio de Janeiro: Graphia, 1999.

SANTOS, Rafal. **A publicidade e a representação da juventude**. Dissertação (Mestrado em Antropologia), Campinas: Unicamp, 1992.

TRASHER, Frederic Milton. The *gang*: a study for 1,313 *gangs* in Chicago, BURGESS, E.; BOGUE, D. (orgs.). **Contributions to Urban Sociology** Chicago, London: Universidad of Chicago Press, 1964, p. 655-659.